MECANISMOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Kildo Adevair dos Santos (UFSJ) – Email: kildo@ufsj.edu.br

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta sínteses analíticas de processos mercantis na educação latino-americana, tendo como referência estudos desenvolvidos pela *Federación Internacional de Sindicatos de la Educación (Internacional de la Educación - IE)* e o Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais (OLPE). O texto aborda aspectos concernentes a algumas dimensões que compõem a moldura social das mutações do sentido público da escola pública e tem como objetivo identificar a expansão dos processos de privatização da educação latino-americana e analisar suas implicações para as políticas educacionais.

A privatização assume mecanismos para além da dinâmica objetiva e corporifica a ideologia do mercado nas concepções, valores e ritos que definem as relações intraescolares. A partir de um discurso supostamente modernizador e pretensiosamente sedutor, a infiltração da lógica neoliberal na máquina estatal tem produzido novos formatos para a administração pública, principalmente por meio de dois processos paralelos: delimitação da intervenção do Estado como provedor principal de políticas sociais e ampliação de mecanismos de publicização, terceirização e privatização.

No que tange à literatura específica, na última década a temática da privatização na Educação Básica tem sido objeto de estudo na grande área do conhecimento que envolve as políticas educacionais. Esses estudos indicam que a tendência nos processos de privatização da educação na região está relacionada com um conjunto de legislações que permitem a implantação desses processos, assim como a implementação de políticas e práticas privatistas (privatização exógena), e a vigência de modelos de gestão por resultados (privatização endógena) (Peroni; Scheibe, 2017; Lélis; Vieira, 2022; Adrião; Vieira, 2023).

Na realidade latino-americana, a sistematização de tal processo tem ocorrido, sobretudo, mediante a institucionalização de leis, documentos e acordos, advindos de

ações orquestradas por agências internacionais de cooperação. Nesse sentido, a centralidade das políticas e práticas educacionais referenciadas na lógica mercantil serve de base para as análises propostas no presente texto.

Para tanto, referencia-se em documentos produzidos pela *Internacional de la Educación*. Trata-se de uma entidade que representa mais de 30.000.000 de professores e trabalhadores da educação, possui mais de 400 organizações educacionais localizadas em 177 países de várias regiões do mundo. Em um trabalho conjunto, em 2016, o Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais (OLPE) realizou o monitoramento das principais tendências da mercantilização educacional e, em 2018, publicou os resultados do estudo, realizado no âmbito de doze (12) países da América Latina: Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai.

Metodologicamente, o texto foca na análise documental dos relatórios produzidos pela *Federación Internacional de Sindicatos de la Educación (Internacional de la Educación - IE)* e pelo Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais (OLPE) no países estudados, buscando mapear as tendências e modalidades de ações de atores privados na educação latino-americana e analisar suas implicações para as políticas educativas, a partir de sínteses analíticas dos processos privatistas, especificamente no contexto educacional do Paraguai e Uruguai.

Processos de privatização da educação na região latino-americana

A América Latina também tem sido nos últimos anos um grande campo de aplicação das políticas educacionais com base nos pressupostos das reformas neoliberais. Feldfeber (2003), ao estudar a realidade argentina, observou que, nos discursos dos técnicos do Banco Mundial e das fundações locais de orientação neoliberal, pode-se perceber as articulações para a instalação de temas como a autonomia institucional, os novos modelos de gestão e a redefinição da carreira docente como aspectos centrais da reforma no campo educativo.

No contexto latino-americano, nos últimos anos, pode-se observar o desenvolvimento de várias tendências e processos que de forma direta e indireta gerou a configuração de um cenário propício para a comercialização da educação. Os processos

de privatização educacional podem acontecer por meio da introdução da modalidade de financiamento da demanda, em que verbas públicas custeiam a implementação dos projetos de iniciativas privadas, além de fortalecer os vínculos entre as instituições públicas de ensino e pesquisa e o setor empresarial, como uma estratégia de fortalecimento dos seus interesses e a obtenção de novas formas de recursos (Feldfeber; Saforcada; Jaimovich, 2005).

Oliveira (2004) sustenta que as reformas educacionais no Brasil e em vários países da América Latina têm trazido mudanças para as políticas educativas e principalmente para os trabalhadores docentes. “São reformas que atuam não só no nível da escola, mas em todo o sistema, repercutindo em mudanças profundas na natureza do trabalho escolar” (Oliveira, 2004, p. 1128).

Considerando esse contexto, a análise documental dos relatórios produzidos pela *Federación Internacional de Sindicatos de la Educación (Internacional de la Educación - IE)* e pelo Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais (OLPE) no países estudados, identificaram dois movimentos paralelos de privatização: a crescente participação do empresariado na oferta, gestão e organização da educação pública e o arrefecimento da atuação do Estado mediante programas governamentais que se referenciam em princípios gerencialistas e mercadológicos, sustentados pelo estabelecimento de leis que facilitam a entrada desses processos.

Os exercícios analíticos também revelaram que a política pública educacional nos países estudados é moldada pela interferência das Instituições Financeiras Internacionais e de Agências de Cooperação Internacional, em que o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização dos Estados Ibero-americanos, a União Europeia, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Agência de Cooperação dos Estados Unidos se apresentam como os principais atores e parceiros com potencialidades para definirem pautas e interferirem na formulação e implementação de políticas públicas educacionais.

As parcerias e convênios com os atores privados, sejam eles representantes do mercado ou do Terceiro Setor, impulsionam a expansão da oferta privada no campo educacional paraguaio, buscam dar ênfase nos processos de avaliações em larga escala, fomentam mudanças curriculares e reduzem direitos trabalhistas dos docentes e suas carreiras.

Dessa forma, estes processos de privatização consolidam oportunidades para o super lucro privado com recursos públicos, contribuem para o desmantelamento do sistema público de educação e promovem a diminuição do papel do Estado como principal garantidor do direito à educação.

Conclusões

O texto apresenta resultados em que identifica dois movimentos paralelos de privatização: a crescente participação do empresariado na oferta, gestão e organização da educação pública e o arrefecimento da atuação do Estado mediante programas governamentais, sustentados pelo estabelecimento de leis que facilitam a entrada desses processos, além de revelar que a política educacional na região é moldada pela interferência das Instituições Financeiras e de Agências de Cooperação Internacional. O texto indica também que as parcerias com os atores privados impulsionam a expansão da oferta privada no campo educacional, fomentam mudanças curriculares e reduzem direitos trabalhistas dos docentes e suas carreiras.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; SILVA, M. V. Apresentação do Dossiê: A privatização da Educação Básica e suas implicações para o direito humano à educação na contemporaneidade. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 31–38, 2023. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-70281. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/70281>. Acesso em: 6 jan. 2025.

FELDFEBER, M.; SAFORCADA, F.; JAIMOVICH, A. *A educação nas Cúpulas das Américas: seu impacto na democratização das Américas*. 2005. Disponível em http://www.lppbuenosaires.net/LPP_BA/Publicaciones/documentos/EI3_Cumbres_resumen_Portugues.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

FELDFEBER, M. La redefinición del espacio público: el caso de las escuelas autogestionadas en Argentina. **Educ. Soc.** Campinas, v. 24, n. 84, p. 923-943, set. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo/>>. Acesso em: dez. 2024.

INTERNACIONAL DE LA EDUCACIÓN PARA LA AMÉRICA LATINA (IEAL). *La política educativa en Paraguay: comercio educativo en Paraguay. El Estado contra si mismo*. Oficina Regional, San José, Costa Rica, 2020. Disponível em: <https://www.ei-ie-al.org/>. Acesso em jul. 2024.

_____. *La Política Educativa em Uruguay: experimentos y alianzas empresariales para lucrar con el derecho a la educación*. Oficina Regional, San José, Costa Rica, 2020. Disponível em: <https://www.ei-ie-al.org/>. Acesso em jul. 2024.

LELIS, U. A.; SILVA, M. V. Apresentação do Dossiê A privatização da educação brasileira: ações mercantis e financeiras na definição das políticas públicas. **Educação, Escola e Sociedade**, v. 15, n.17, p. 1-3, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/5495>. Acesso em: dez.2024.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144. Set./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo/>>. Acesso em: dez. 2024.

PERONI, V.; SCHEIBE, L. Privatização da e na educação: projetos societários em disputa. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 387–392, 2018. DOI: 10.22420/rde.v11i21.831. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/831>. Acesso em: 6 jan. 2025.